



Esta política de financiamento precisa ser alterada, por ser injusta do ponto de vista social, uma vez que beneficia os responsáveis pelos impactos gerados (por exemplo, com o aterramento e uso particular das várzeas, que retira seu papel natural e público de controle de inundações) e faz com que a sociedade pague pelos prejuízos. Além de se corrigir essas injustiças, há a necessidade de incentivar aqueles proprietários de áreas que as mantêm protegidas, vegetadas e, com isso, beneficiam o conjunto dos moradores, evitando o agravamento das inundações. Para isso, é fundamental definir sistemas de compensação, ou pagamento pelos serviços ambientais prestados por essas áreas protegidas. Com isso, maiores benefícios poderão ser obtidos, com menores custos, evitando obras e prejuízos importantes; e é por essa razão que essas formas de proteger áreas estratégicas vêm se disseminando, mesmo em países em desenvolvimento.